



Abordagens de Ensino para a Inclusão de Estudantes com Deficiência Intelectual

Teaching Approaches for the Inclusion of Students with Intellectual Disabilities in the Regular School Environment

**Jacyguara Costa Pinto¹ Arlêne Barbosa Tavares Ferreira²
Antônia Maria Gomes Travassos³ Diele Pena Cordeiro⁴
Elcione Cardoso de Melo Del Castilo⁵ Izete de Souza Alves⁶
Gracilene do Rosário Pereira⁷ Margarete Oliveira Pereira⁸
Wilson dos Prazeres Pompeu Filho⁹**

Submetido: 12/08/2024 Aprovado: 20/09/2024 Publicação: 30/09/2024

RESUMO

O objetivo do artigo foi analisar abordagens de ensino para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual. Em relação a metodologia, fez-se levantamento bibliográfico para dar suporte à pesquisa e à construção da fundamentação teórico-conceitual. A utilização de bases de dados acadêmicas renomadas, como PubMed, Scopus, ERIC e Google Scholar, garantiu uma busca abrangente e atualizada da literatura disponível sobre o tema, abrangendo artigos científicos, dissertações, teses e livros relevantes. Em relação aos resultados, conseguiu-se identificar as políticas, diretrizes e práticas relacionadas à educação inclusiva no Brasil, analisar as características, diagnóstico e intervenções pedagógicas voltadas para a deficiência intelectual, considerando aspectos como adaptações curriculares, e, investigar os fatores que influenciam a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, incluindo aspectos: cognitivos, emocionais, sociais e ambientais. Chegou-se a conclusão de que A educação inclusiva deve ser encarada como um processo contínuo e desafiador, no qual a implementação de metodologias de ensino adequadas desempenha um papel fundamental.

Palavras-chave: Metodologias. Ensino. Inclusão. Deficiência Intelectual.

ABSTRACT

The objective of the article was to analyze teaching approaches for the inclusion of students with intellectual disabilities. Regarding the methodology, a bibliographic survey was conducted to support the research and the construction of the theoretical-conceptual framework. The use of renowned academic databases, such as PubMed, Scopus, ERIC, and Google Scholar, ensured a comprehensive and up-to-date search of the available literature on the topic, covering relevant scientific articles, dissertations, theses, and books. In terms of results, it was possible to identify policies, guidelines, and practices related to inclusive education in Brazil, analyze the characteristics, diagnosis, and pedagogical interventions focused on intellectual disabilities, considering aspects such as curricular adaptations, and investigate the factors influencing the learning of students with intellectual disabilities, including cognitive, emotional, social, and environmental aspects. It was concluded that inclusive education should be seen as an ongoing and challenging process, in which the implementation of appropriate teaching methodologies plays a fundamental role.

Keywords: Methodologies. Teaching. Inclusion. Intellectual Disability.

¹ Orientador, Doutor em Ciências da Educação, ORCID: 0000-0003-35376-314X, jacyguaracosta@gmail.com

² Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, arlene.tavares@gmail.com

³ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, travassos.antonina@yahoo.com.br

⁴ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, dielepena20@outlook.pt

⁵ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, elcione.melo@hotmail.com

⁶ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, izetealvessousa@gmail.com

⁷ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, gracilenepereira346@gmail.com

⁸ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, oliveira.mcp@gmail.com

⁹ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, wilsonpompeu1@hotmail.com

1. Introdução

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos.

A organização de uma escola para todos prevê o acesso a escolarização e o atendimento às necessidades educacionais especiais. Por isso, a educação inclusiva é um termo que se aplica especificamente às pessoas (ou grupo de pessoas) que estão excluídas da efetivação do direito fundamental a educação, contido no art. V da Constituição Brasileira de 1988.

Os princípios que norteiam a educação no Brasil são predominantemente baseados na normalização e integração, não dando prioridade às diferenças. A prática pedagógica tem demonstrado que os direitos de todos os alunos com necessidades especiais só vão se efetivar se houver mudanças de atitudes em todas as instâncias da sociedade e da escola.

A abordagem do tema se justifica, pois a oportunidade de ampliação de escolarização as pessoas que se diferenciam da grande maioria do público que frequentam as escolas, mediante metodologias de ensino específicas, tem sido dificultada, desde os anos iniciais até os segmentos educacionais mais avançados, por falta de reconhecimento às especificidades e peculiaridades dos alunos com deficiência intelectual. Muitas iniciativas alardeadas como contribuição, em especial por seu caráter genérico, quando avaliadas parecem responder muito mais ao processo de legitimação da exclusão social.

O ensino inclusivo do aluno com deficiência intelectual deve ser um processo voltado para todos, com metodologias propositivas, onde alunos que não apresentam necessidades educacionais especiais e aqueles com deficiência podem aprender uns com os outros. Um dependendo do outro para que realmente exista uma educação de qualidade. Utilizar metodologias de ensino voltadas para a inclusão do aluno com deficiência intelectual no Brasil é um desafio a todos profissionais. Um processo de ensino e aprendizagem que deve fazer parte de um todo e ter o seu valor reconhecido como de fundamental importância para que os alunos tenham seu desenvolvimento acelerado.

Por isso, o objetivo geral do artigo foi analisar abordagens de ensino para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual. E, especificamente, buscou-se: identificar as políticas, diretrizes e práticas relacionadas à educação inclusiva no Brasil; analisar as características, diagnóstico e intervenções pedagógicas voltadas para a deficiência intelectual, considerando aspectos como adaptações curriculares; e, investigar os fatores que influenciam a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, incluindo aspectos: cognitivos, emocionais, sociais e ambientais.

2. Materiais e métodos

A pesquisa bibliográfica proposta neste estudo foi fundamental para compreender e analisar as abordagens de ensino utilizadas na inclusão de alunos com deficiência intelectual no ambiente escolar regular. A utilização de bases de dados acadêmicas renomadas, como PubMed, Scopus, ERIC e Google Scholar, garantiu uma busca abrangente e atualizada da literatura disponível sobre o tema, abrangendo artigos científicos, dissertações, teses e livros relevantes.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram claros e direcionados, garantindo que apenas os estudos que abordassem especificamente estratégias de ensino para alunos com deficiência intelectual no contexto escolar regular fossem considerados.

A análise dos dados seguiu uma abordagem sistemática e qualitativa, permitindo a identificação das principais abordagens de ensino, seus componentes, benefícios e desafios. Essa análise proporcionou a compreensão das práticas educacionais inclusivas e contribuiu para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes.

Por fim, a síntese dos resultados foi apresentada de forma clara e objetiva, destacando as abordagens de ensino mais eficazes para a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ambiente escolar regular. Essa síntese foi de grande relevância para educadores, gestores escolares e profissionais da área da educação, fornecendo subsídios para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos.

3. Educação inclusiva no Brasil

A Educação Inclusiva tem um específico propósito para ter sido consagrada em nosso seio social como estratégia de desenvolvimento educacional, pois garante que sejam reconhecidos os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais se inserirem na escola, em meio ao processo de ensino aprendizagem daqueles alunos ditos “normais”.

Na escola, a inclusão de pessoas com deficiência está ocorrendo, embora de maneira gradual. Esse ambiente escolar inclusivo ainda precisa ser plenamente desenvolvido, pois é importante entender que incluir não é apenas inserir (Da Silva Barros, 2024).

É uma estratégia internacional que no Brasil, tem se tornado um referencial para uma série de reformas educacionais e estruturais da escola. Pois conseguiu viabilizar formação docente, e conseqüentemente capacitação para toda a comunidade da escola participar dos processos inclusivos dos alunos com necessidades educacionais especiais (Alves; Pereira Filho, 2020).

Na década de 1970, os alunos com necessidades educacionais especiais passaram a frequentar as salas de aula regulares, com os progressos nos estudos de Pedagogia e Psicologia,

iniciaram a integração destes alunos em classes comuns, tendo em vista, as possibilidades de novas atitudes educacionais.

Nos anos 80 e 90, os sistemas educacionais tinham que promover condições adequadas e necessárias a qualidade do atendimento ao alunado. Para alavancar o tema da inclusão social, em 1994, na Espanha, realizou-se em Salamanca uma Conferência, dando origem a Declaração de Salamanca, a qual, em seu capítulo de estruturação das políticas de educação especial (Silva. Cunha, 2021).

A Educação Inclusiva é um termo que se aplica especificamente às pessoas (ou grupo de pessoas) que estão excluídas da efetivação do direito fundamental a educação, contido no art. V da Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988). Os princípios que norteiam a educação no Brasil são predominantemente baseados na normalização e integração, não dando prioridade às diferenças. Entretanto, a prática pedagógica tem demonstrado que os direitos de todas as pessoas com necessidades educacionais especiais só vão se efetivar se houver mudanças de atitudes em todas as instâncias da sociedade e da escola.

A Constituição Federal de 1998 cumpre o descrito em seu art. 208, que garante ao Estado o dever com a Educação, e principalmente, pelas seguintes Emendas Constitucionais (EC): EC n.º 14/1996 (Brasil, 1996); EC n.º 53/2006 (Brasil, 2006); e EC n.º 59/2009 (Brasil, 2009). Não se pode também, deixar de elencar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também relata sobre educação especializada, em seu art. 54, III, que diz “Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1990).

4. Deficiência Intelectual

Veltrone & Mendes (2013) definiram a deficiência intelectual como feito pela American Association on Mental Retardation (AAMR) que elencou como definição adequada aquela que se difere de retardo mental e é compreendido pela existência de incapacidade que se caracteriza por alguns pontos limitantes da condição humana considerada normal no que tange o funcionamento intelectual, o comportamento adaptativo, as atitudes e habilidades (conceituais, sociais e práticas) característicos dessas pessoas.

Braun (2012) ao defender uma tese de doutorado sobre a intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, entende que a deficiência intelectual é descrita como uma “incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades adaptativas”, conceituais, sociais e práticas. Essa deficiência tem início antes dos 18 anos.

A inclusão para que ocorra satisfatória, deve envolver todos os alunos(as), sejam os alunos(as) ditos normais ou os alunos(as) especiais, a terem igualdade de oportunidades e assim, aprender juntos, independente de suas dificuldades ou diferenças. Para que isso ocorra, no entendimento de as escolas devem adequar-se a todos os alunos(as), adotando uma pedagogia que leve em consideração suas características individuais, auxiliando em seu processo de aprendizagem e proporcionando ações que favoreçam interações sociais, com práticas heterogêneas e inclusivas, previamente definidas em seu currículo.

Considerando que a criança com necessidades educacionais especiais passa grande parte do seu tempo na escola, é também nesses anos que se forma e que se consolida a estrutura fundamental do seu desenvolvimento, então é aí que entra o importante papel da escola e dos educadores, que através de suas práticas pedagógicas podem e devem contribuir na formação integral e positiva para o desenvolvimento.

A escola tem enfrentado inúmeros desafios para implantar essa visão inclusiva, pois são vários os fatores que levam os alunos(as) a fracassarem educacionalmente, entre os principais podem ser citados: evasão, aspectos culturais e sociais, déficits na construção de conhecimento, incapacidade socioemocional, deficiências físicas, entre outras características que tornam-se dificuldades para aprendizagem. Agregar a esses fatores o fato da Escola ter um professor que não sabe aplicar adequadamente a noção de inclusão em sala de aula torna o processo ainda mais dificultoso.

Muito se ouve falar em inclusão e são diversas ações desenvolvidas para efetivar as leis que visam reduzir a exclusão social. Assim, cabe ao sistema educacional incluir esses alunos(as) nas salas regulares, mas essa prática ainda deixa muito a desejar, são muitos problemas, desde a ordem estrutura das escolas até a qualificação dos professores(as) que atuam diretamente com os alunos(as) especiais.

Os professores(as), em suas práticas, devem ter o propósito de atender alunos(as) com necessidades educacionais especiais e os normais, devendo dispor de características educacionais e desenvolver sua prática pedagógica visando atender as necessidades de todos os alunos(as). Por isso, deve estar capacitado para desenvolver um trabalho que faça todos os seus alunos(as) se entrosarem com os aspectos pedagógicos do ensino regular (Mantoan, 2003).

O professor deve ser mais que um mero reproduzidor de conhecimentos e técnicas, deve aprender com seus alunos(as), desenvolver competências a partir das suas realidades, ser criativo e autônomo, e corresponder as exigências de seus trabalhos satisfatoriamente. De tal forma que se consiga estabelecer um ambiente educacional estimulante.

A aprendizagem só não deverá perder a sua essência, desenvolver o sistema lógico, intuitivo, sensorial, social e afetivo dos(as) alunos(as). Não deixando de existir práticas de

experimentação, criação, descoberta, coautoria de conhecimento. Vale o que os alunos(as) são capazes de aprender hoje e o que podemos oferecer-lhes de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades.

5. Fatores de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual

Pode-se afirmar que incluir pessoas com algum tipo de déficit de aprendizagem nas escolas de Educação Regular eleva a consciência da sociedade e lança a semente de inclusão educativa. A educação é uma questão de direito toda pessoa com deficiência deve fazer parte da sociedade, considerando que todos nascem livres e iguais em dignidade e direito. Portanto construir uma sociedade democrática com igualdade e liberdade, onde os direitos humanos sejam respeitados e protegidos, repudiando-se a desigualdade social e todas as diversas formas de exclusão de qualquer pessoa.

Em sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural. Ainda, de acordo com Silva; Elias (2022) a sociedade inclusiva tem como propósito principal oferecer oportunidade igual para cada pessoa seja autônoma e autodeterminada, mas para que uma sociedade se torne inclusiva é preciso cooperar no esforço coletivo de sujeitos que dialogam em busca do respeito, da liberdade e da igualdade.

A escola deve ter uma proposta inclusiva coerente com possibilidade de resignação de sua prática pedagógica por meio do respeito ao deficiente, estilo de aprendizagens, respeito a pluralidade cultural, a adaptação que a escola deve promover, adequando espaço físico para melhor atender os alunos especiais e também possibilitar a evolução da sociedade, tornando-a mais igualitária, tolerante, cooperativa em benefícios de todos.

Segundo Rabelo (2022) todas as escolas e todos os professores que atendem as crianças com transtornos globais do desenvolvimento requerem apoio externo imprescindível para ele a orientação por parte dos assessores com o bom nível de formação. Com muita frequência, há sentimento de frustração, ansiedade e impotência nos professores que não contam com o apoio suficiente.

Por isso, Rabelo (2022) ressalta que as intervenções devem ser desenvolvidas para ajudar no comportamento, ele afirma que as intervenções educativas, nas melhores condições, devem ser programadas e realizadas por psicólogos e neuropsiquiatras com participação ativa dos genitores, educadores e outros profissionais disponíveis nos serviços de saúde, como por exemplo, os logopedistas que são especialistas em pedia, ramo da foniatria que se dedica ao estudo e correção dos defeitos da fala.

Em alguns casos o deficiente intelectual apresenta comportamento agressivo e autolesivo

do deficiente intelectual é uma maneira que o mesmo encontra para chamar atenção, esta violência se torna também uma fuga de alguma situação desagradável.

Estes programas de aprendizagens concentradas podem favorecer a criança com deficiência intelectual pois estabelece metas que são facilmente alcançáveis dependendo do nível de comprometimento que a deficiência intelectual impõem ao indivíduo.

Rocha *et al.* (2020) com suas pesquisas que buscaram caracterizar a avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual, contribuem para esta dissertação, ao se constatar o uso das chamadas salas de recursos multifuncionais (SRM) que possuem um mobiliário diferenciado e adaptado às necessidades educacionais especiais, e auxiliam o trabalho dos profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Nos estudos de Molina (2021) o planejamento do ensino nas escolas de ensino regular com alunos com deficiência intelectual requer dos professores o compromisso com a adaptação curricular nas estratégias de ensino, o que acontece através dos autores identificaram como “ensino colaborativo” em que professores da educação especial e do ensino regular atuam conjuntamente por meio de parcerias, e passam a planejar juntos todas as ações em sala de aula.

O uso do método de ensino baseado nas ações e perspectivas da pedagogia de projetos também tem sido utilizado com frequência para promover a construção de conhecimentos nos alunos com deficiência intelectual. De acordo com Molina (2021), suas estratégias são consideradas métodos de ensino porque podem trabalhar de diferentes formas na formação integral dos estudantes, haja vista que entre seus procedimentos, elenca-se uma série de oportunidades de aprendizagem que vão promover o conhecimento conceitual, atitudinal e também os meios de realizarem a pesquisa para a conquista do resultado final planejado pelo próprio aluno, de maneira individual ou em grupo. Portanto, como exposto pelos autores dessa significativa pesquisa:

Molina (2021) podem contribuir para essa pesquisa, ao apresentar uma metodologia de ensino da Matemática ao deficiente intelectual através do uso da metodologia de projetos de trabalho, que consiste-se em uma forma de conduzir o aluno a participar ativamente, por isso ele se torna corresponsável pela aprendizagem. Assinalam ainda que, por meio de projetos, é possível contextualizar os conteúdos, favorecendo a interdisciplinaridade.

6. Conclusões

Em conclusão, a educação inclusiva representa uma transformação significativa no panorama educacional, promovendo o reconhecimento e a valorização da diversidade como um elemento enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem. A partir dessa perspectiva, surgem

desafios e oportunidades para repensar a escola e a formação docente, visando uma reestruturação que beneficie todos os alunos.

A escola inclusiva busca garantir o acesso à educação e atender às necessidades educacionais especiais de cada aluno, conforme preconizado pelo direito fundamental à educação estabelecido na Constituição Brasileira. No entanto, os princípios predominantes na educação brasileira ainda estão ancorados na normalização e integração, o que não prioriza as diferenças individuais.

Diante desse cenário, o presente artigo buscou analisar abordagens de ensino voltadas para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual, com foco na identificação de políticas, diretrizes e práticas relacionadas à educação inclusiva no Brasil, na análise das características e intervenções pedagógicas específicas para a deficiência intelectual, e na investigação dos fatores que influenciam a aprendizagem desses alunos.

A educação inclusiva deve ser encarada como um processo contínuo e desafiador, no qual a implementação de metodologias de ensino adequadas desempenha um papel fundamental. Somente através do reconhecimento e valorização das diferenças individuais, aliado a práticas pedagógicas inclusivas, será possível proporcionar uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais.

Referências

ALVES, Maria Dolores Fortes; PEREIRA FILHO, Adalberto Duarte. Complexidade e inclusão: caminhos, história e tessituras. *Educação e Linguagem*, v. 28, n. 1, p. 1-39, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Belisário Filho, J. F.; CUNHA, P.A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 9. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

BRASIL, Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 2, 18 de novembro de 2011.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, 16 de julho de 1990 e retificado em 27 de setembro de 1990, p. 3456.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, 19 de outubro de 1982, p. 195.

BRASIL. Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2010. p. 14-15.

BRASIL. Portaria CENESP-MEC N.69, de 28 de agosto de 1986. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, Centro Nacional de Educação Especial, 1986.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 2, 24 de setembro de 2009, p. 345.

BRAUN, Patrícia. Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. 2012. 325 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DA SILVA BARROS, Saonara de Cássia. Práticas pedagógicas docentes e a inclusão de estudantes com deficiência intelectual no ensino regular. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 8, p. 206-217, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O Que É? Por Quê? Como Fazer?* São Paulo: Moderna. 2003.

MOLINA, Cristiane de Souza. Inclusão de alunos com deficiência intelectual em escolas de ensino regular. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 2, n. 6, p. 114-129, 2021.

RABELO, Kaellen Antunes. Reflexões sobre a inclusão dos estudantes com deficiência intelectual nas escolas inclusivas de ensino médio. *Scientia Generalis*, v. 3, n. 1, p. 82–88, 2022.

ROCHA, Luís Félix de Barros Vieira et al. Educação inclusiva: um estudo sobre a inclusão de discentes com deficiência intelectual na Escola Municipal Júlia Fonseca Barbosa em Matões do Norte – MA. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 9, p. 71985–72003, 2020.

SILVA, Eliza França; ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Inclusão de alunos com deficiência intelectual: recursos e dificuldades da família e de professoras. *Educação em Revista*, v. 38, n. 14, p. 14-29, 2022.

SILVA, Lucivana Oliveira da; CUNHA, Débora Alfaia da. Histórias de inclusão: a língua brasileira de sinais na rede municipal de Castanhal, PA. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED*, v. 2, n. 6, p. 1-23, 2021.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, MG, v. 3, n. 2, 2013.